Lei chinesa de construção de ambientes sem barreiras (2023) — um mandato nacional de acessibilidade da informação aplicado através de ações de interesse público do Ministério Público

Digital Inclusion · Boa prática · China

Pontuação de qualidade: 68/100

Força da evidência: Moderada

Sumário

A lei chinesa sem barreiras de 2023 (8 capítulos, 72 artigos) obriga os sites e aplicações financiados pelo Estado a cumprir normas de acessibilidade e exige terminais públicos, linhas telefónicas e rótulos de medicamentos acessíveis. O Ministério Público intentou mais de 14 000 ações de interesse público em 2021–2025, mas não há avaliação independente dos resultados.

Dimensões-chave

Dimensão	Pontuação
Innovation level	2/5
Sustainability (ongoing)	1/1
Evaluation evidence	0/1
Demonstrated reach	1/1
Documented learning	1/1

Avaliado por C-NAPSE

Fontes de dados

C-NAPSE web research — acedido a 2026-11-20

National People's Congress Standing Committee; Supreme People's Procuratorate; China Disabled Persons' Federation — acedido a 2026-11-20

Law text (English translation, NPC/China Daily) — acedido a 2026-11-20

SPP: Litigation brings down barriers to accessibility (2026) — acedido a 2026-11-20

China Justice Observer: China enacts barrier-free environment law — acedido a 2026-11-20

China Justice Observer: typical public-interest litigation cases — acedido a 2026-11-20

Citar — Evidoria. *Lei chinesa de construção de ambientes sem barreiras (2023) — um mandato nacional de acessibilidade da informação aplicado através de ações de interesse público do Ministério Público*. ID persistente: ea54d28d-08ee-4105-ae6d-4a2e2aa36266.